



aepet

ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRAS

MARÇO DE 1997
Nº 124

Presidente do STJ questiona governo

A AEPET está reproduzindo neste boletim a corajosa entrevista do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Romildo Bueno de Souza, concedida no dia 27 de fevereiro último ao jornal Correio Braziliense. Nela, é dito em resposta a uma das perguntas feita pelo repórter Warner Bento Filho, "a Petrobras foi fruto de uma campanha popular que durou décadas. Não nasceu nos gabinetes do governo. Se privatizam a Petrobras, é razoável perguntar o que o povo pensa disso."

Correio Braziliense - Como o senhor vê a reforma da Justiça?

Romildo Bueno de Souza - A proposta de emenda constitucional relativa ao Judiciário, tanto quanto as demais emendas constitucionais, é motivo de generalizada preocupação. A proposta de emenda judiciária acerca de um modo mais direto e imediato o universo forense, mas também a sociedade, que tem no Poder Judiciário a segurança do predomínio da lei.

Correio - Por que as emendas constitucionais preocupam?

Romildo - Porque a Constituição trata de temas fundamentais, cruciais da vida em sociedade. Em um país onde as condições políticas se acham consolidadas, as constituições exibem grande durabilidade. No Brasil não é assim. A identificação do povo com os compromissos de uma sociedade democrática é ainda muito débil. Então, quando se articula um conjunto de emendas constitucionais, instaura-se um clima de ansiedade. A Constituição e as respectivas emendas têm a ver com o arcabouço da nação e do Estado. Por isso, existe muita apreensão quando a nação é sacudida por um movimento tão amplo de emendas.

Correio - O senhor pode explicar melhor essa questão?

Romildo - O texto que vai so-

frer modificações é o texto básico, que cuida dos direitos principais. Por exemplo, a relação entre os poderes. Pensemos numa nação em que todos os poderes estejam concentrados num pequeno grupo de pessoas que promulga leis, promove toda a atividade necessária para

manter a sociedade, fazendo obras públicas, lançando tributos, fazendo arrecadação, construindo estradas.

Este mesmo grupo também julga os conflitos que surgirem, tanto entre as pessoas em geral, quanto entre as pessoas e o Estado. Isto não funcionou bem ao longo da história. Esse contexto levou à tirania. Num contexto de concentração de poderes, resultam favorecidos os interesses daqueles que estão próximos dos núcleos de poder.

Correio - Isso é o que os juízes chamam de "crescente agigantamento do Poder Executivo"?

Romildo - Isso significa, por um lado, que o Poder Executivo vai assumindo posições e tomando decisões que não refletem necessariamente as tendências perceptíveis na sociedade. As medidas provisórias não são examinadas pelo Congresso, como devem ser, de acordo com a Constituição. E por isso vão

sendo reiteradas. Em relação ao Judiciário, pode-se apontar o fato de que medidas provisórias que o Congresso não transformou em lei e que o Supremo Tribunal Federal reputou inconstitucionais também continuam sendo reeditadas. Isso também pode ser dito a respeito da privatização. A Petrobras foi fruto de uma campanha popular que durou décadas. Não nasceu nos gabinetes do governo. Se privatizam a Petrobras, é razoável perguntar o que o povo pensa disso. Em relação à Previdência, dizem que não podem pagar. Mas por que deixam todo mundo roubar a Previdência? Só não rouba quem não quer. É a evasão, pela mão-de-obra clandestina, é a sonegação, é a falta de fiscalização, é a má administração, é a corrupção. Aí o negócio não presta. Qual é o remédio? Privatiza-se.

Correio - Outro exemplo do crescimento do Poder Executivo?

Romildo - O Executivo reúne condições que lhe permitem agregar forças de apoio aos seus projetos.

É nem sempre essa agregação de forças é fruto de compromissos políticos dos partidos. Pode ocorrer que essa agregação reflita interesses de grupos. E assim o Executivo pode alcançar um tal peso de decisão que reduz, além do que seria conveniente, a importância dos outros poderes. (Continua no verso)

"Num contexto de concentração de poderes resultam favorecidos os interesses daqueles que estão próximos do poder"

Presidente do STJ questiona governo

(continuação)

"O Poder Executivo vai assumindo posições e tomando decisões que não refletem as tendências perceptíveis na sociedade"

Correio - Como as reformas constitucionais afetam a vida do cidadão comum?

Romildo - Uma emenda constitucional como as que estão em debate pode significar um retrocesso dos direitos sociais, dos direitos dos trabalhadores. Quando se fala em flexibilização, em novas formas de contratação do trabalho, num ambiente de desemprego e de perda de força dos sindicatos de trabalhadores, todos aqueles que vivem do trabalho podem sentir-se em perigo.

Correio - Por quê?

Romildo - Porque as emendas constitucionais sobre Previdência, sobre atividade econômica, poderão enfraquecer os trabalhadores na sua relação com o mundo empresarial. Quando se propõe uma emenda constitucional a respeito da Previdência Social, os direitos sociais - saúde, instrução, assistência médica, aposentadoria - passam a ser objeto de novas disposições. Essas inovações serão favoráveis? Operários morreram lutando por condições dignas de trabalho. Essas conquistas são hoje encaradas sob o prisma da flexibilização. Elas estão correndo risco de mudanças muito importantes, sob o argumento de que a globalização vai proporcionar outras oportunidades de bem-estar.

Correio - O senhor acha que o Judiciário deveria ter maior participação nas questões de reforma agrária?

Romildo - Não penso que o Poder Judiciário deva ter atuação no encaminhamento, na iniciativa da reforma agrária. Mas eu também me preocupo com a reforma agrária, como qualquer

pessoa. Como presidente do Conselho de Justiça Federal, tenho feito pronunciamentos públicos para mostrar que a Justiça Federal é importante para ajudar o Poder Executivo a promover a reforma agrária e que a Justiça está à espera dessa oportunidade de poder colaborar, para que possamos superar esse capítulo das invasões, para reduzir o teor de exclusão social no Brasil. Mas o Poder Executivo é que tem que ter a iniciativa. E o Legislativo tem que votar as leis que facilitem a execução da reforma.

Correio - O senhor acha que isso está sendo feito?

Romildo - O Congresso está discutindo e votando uma lei que simplifica as desapropriações

"Em relação à Previdência, dizem que não podem pagar. Mas por que deixam roubar a Previdência? Qual é o remédio? Privatiza-se"

ções de terras por interesse social. E as declarações públicas são no sentido de que se intensifique a atuação do Poder Executivo. Mas talvez isso deva assumir um ritmo mais intenso porque os conflitos continuam.

Correio - O governo não está conseguindo acompanhar a demanda?

Romildo - É, parece que a demanda vai além daquilo que a ação governamental tem assegurado.

Correio - Qual é o principal motivo da morosidade na Justiça Federal?

Romildo - O INSS. Condenado a reconhecer os direitos de um previdenciário, segundo uma sentença que já foi multiplicada por dez mil vezes em vários tribunais, o INSS faz questão de ir até o Supremo. O que ele ganha com isso? O tempo que o dinheiro fica no banco. E

com isso ele entope os tribunais. Mais de 30% das causas julgadas no ano passado aqui no Tribunal eram do INSS. O que sobra na Justiça Federal para o litigante em geral é 35% ou 40% da capacidade da Justiça. Os outros 60% ficam para o Poder Público.

Correio - Os juízes ganham pouco?

Romildo - Hoje, os jovens juristas que conseguem se sobressair encontram um campo aberto para a sua atividade profissional. Em poucos anos, terão feito sua independência econômica. Se o Poder Judiciário quer trazer para integrá-lo esses jovens juristas bem preparados, terá que concorrer no mercado. Hoje, o mercado não recrudescer sua importância? Dizer num país de salário mínimo de 112 reais que juízes ganham pouco, pode levar a uma compreensão se ele ganha, digamos, 3 mil reais. Mas se compararmos com jornalistas ou com os jovens juristas que foram para as bancas de advocacia, aí veremos que ele ganha muito pouco. Seja pouco ou seja muito, ele não vem para a magistratura. Para onde ele está indo? Não é para a magistratura.

Correio - Também não é para o jornalismo...

Romildo - (risos) A questão é essa. Queremos Justiça boa? Então, temos que ter juízes, promotores, auxiliares da Justiça treinados, satisfeitos com a sua profissão, apoiados por cursos e sempre seria preferível que o Estado litigasse menos. Uma redução de 50% nos litígios do Poder Público já seria um grande alívio para a sobrecarga do Judiciário.

"Quando se fala em flexibilização, num ambiente de desemprego, todos que vivem do trabalho podem sentir-se em perigo"